

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº 145/2020

Autor: Ver. Graça Amorim

Ementa: "Reconhece de Utilidade Pública a Associação Jovem Esperança, e dá outras providências."

Relator: Ver. Edson Melo

Conclusão: parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

**I – RELATÓRIO:**

A insigne Vereadora Graça Amorim apresentou projeto de lei ordinária que "*Reconhece de Utilidade Pública a Associação Jovem Esperança, e dá outras providências*".

Em justificativa escrita, a nobre parlamentar alegou que a presente instituição não possui fins lucrativos, tendo por finalidade, dentre outras, contribuir para a promoção integral da pessoa humana e defender interesses dos associados, de modo a promover o desenvolvimento comum dos objetivos almejados pelos associados.

Foram juntadas aos autos cópias dos seguintes documentos, entre outros: ata de eleição e posse da diretoria e o estatuto social da referida Associação, com a respectiva certidão cartorária; comprovante de inscrição e de situação cadastral de CNPJ; publicação do extrato do estatuto no Diário Oficial do Município; entre outros documentos.

É, em síntese, o relatório.

**II - EXAME DE ADMISSIBILIDADE:**

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por sua autora, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina - RICMT.

Observa-se, ainda, que a autora articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.

### **III – ANÁLISE SOB OS PRISMAS CONSTITUCIONAL, LEGAL E REGIMENTAL:**

A proposição legislativa em enfoque pretende o reconhecimento de Utilidade Pública da Associação Jovem Esperança.

É despiciendo discorrer que, segundo o Promotor de Justiça Edson Rafael (Fundações e Direito; terceiro setor. São Paulo: Melhoramentos, 1997. pg. 301), utilidade pode ser definida como o proveito ou a vantagem que uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, oferece à sociedade, para satisfazer uma necessidade coletiva de ordem pública.

Com efeito, a declaração de utilidade pública deve ser entendida como o reconhecimento de que determinadas entidades cumprem uma função que deveria ser exercida pelo Poder Público, podendo esse reconhecimento público se dar na órbita dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, já que a nível Federal houve expressa revogação e extinção do Título de Utilidade Pública, a partir de 23.01.2016.

Nesse sentido, no Município de Teresina, a Lei nº. 3.489/06 define os critérios para a concessão do título de Utilidade Pública a entidades civis filantrópicas e sem fins lucrativos, estabelecendo, em seu art. 1º, que o referido título será concedido à entidade que estiver regularmente constituída e em funcionamento, na circunscrição do Município de Teresina, há pelo menos 06 (seis) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido.

Desta sorte, o Código Civil - CC estabelece o seguinte:

*Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:*

*I - as associações; (grifo nosso)*

*Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. (grifo nosso)*

*Art. 46. O registro declarará:*

*I - a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;*

# CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

*II - o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;*

*III - o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;*

*IV - se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;*

*V - se os membros respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;*

*VI - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio, nesse caso. (grifo nosso)*

Destarte, verifica-se que a presente Associação atende aos requisitos legais.

Desse modo, estando em perfeita harmonia com o comando normativo pátrio supramencionado, merece o projeto de lei em análise toda consideração da edilidade teresinense.

## IV – CONCLUSÃO:

Desse modo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei em referência, tendo em vista os fundamentos ora expostos.

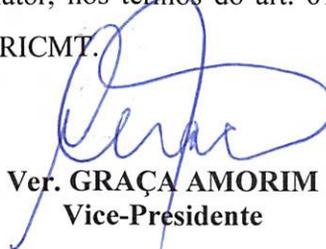
É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em 21 de outubro de 2020.



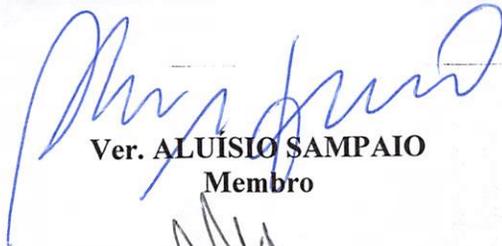
**Ver. EDSON MELO**  
**Relator**

Pelas conclusões” do Relator, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.



**Ver. GRAÇA AMORIM**  
**Vice-Presidente**

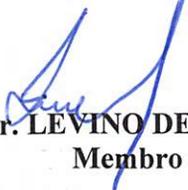
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**



**Ver. ALUISIO SAMPAIO**  
**Membro**



**Ver. DEOLINDO MOURA**  
**Membro**



**Ver. LEVINO DE JESUS**  
**Membro**

Av. Marechal Castelo Branco, 625 – Bairro Cabral – 64000-810 – Teresina (PI)  
CNPJ nº 05.521.463/0001-12